

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Central Sicoob Uni
Goiânia-GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Central Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Sicoob UNI em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 19 de agosto de 2019.

Aldo Henrique Batista Rodrigues
Contador CRC DF 023897/O-6
CNAI 4779



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
CNPJ: 04.243.780/0001-51
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	30/06/2019	30/06/2018	Discriminação	NOTA	30/06/2019	30/06/2018
Circulante		2.892.188.930	1.863.734.701	Circulante		2.829.527.256	1.821.818.038
Disponibilidades	04	577.731	4.719.436	Relações Interfinanceiras	13	2.811.579.700	1.811.583.296
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	2.693.680.308	1.753.819.896	Centralização Financeira - Cooperativas		2.811.579.700	1.811.583.296
Títulos e Valores Mobiliários	06	194.188.973	100.921.309	Outras Obrigações	14	17.947.556	10.234.742
Operações de Crédito	07	538.322	2.910.000	Sociais e Estatutárias	14a	815.474	758.975
Operações de Crédito - Setor Privado		540.413	3.000.000	Fiscais e Previdenciárias	14b	551.169	286.032
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(2.091)	(90.000)	Diversos	14c	16.580.913	9.189.735
Outros Créditos	08	2.893.511	1.154.918				
Diversos		2.893.511	1.154.918				
Outros Valores e Bens	09	310.085	209.142				
Despesas Antecipadas		310.085	209.142				
Não Circulante		54.702.778	39.664.621	Patrimônio Líquido		117.364.452	81.581.284
Realizável a Longo Prazo		14.359.909	714.197	Capital Social	15a	95.076.182	64.084.295
Operações de Crédito	07	13.432.543	-	Reserva de Sobras	15b	1.960.308	1.661.343
Operações de Crédito - Setor Privado		13.800.378	-	Fundo Assembler de Reserva Especial	15c	15.586.162	10.545.876
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(367.835)	-	Sobras do Semestre	15d	4.741.800	5.289.770
Outros Créditos	08	927.366	714.197				
Investimentos	10	22.669.033	22.389.092				
Ações e Cotas		22.669.033	22.389.092				
Imobilizado de uso	11	17.047.669	16.254.219				
Outras Imobilizações de Uso		3.306.543	1.835.219				
Imóveis de Uso		15.674.530	15.659.517				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.933.404)	(1.240.517)				
Intangível	12	626.167	307.113				
Softwares		1.331.688	911.156				
(-) Amortizações Acumuladas		(705.521)	(604.043)				
TOTAL DO ATIVO		2.946.891.708	1.903.399.322	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.946.891.708	1.903.399.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Administrativo

Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras ou Perdas

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	90.590.719	36.573.195
Operações de Crédito		834.900	43.827
Rendas de Aplicações Interfinanceiras		84.479.955	33.162.845
Rendas com Títulos e valores mobiliários		5.275.864	3.366.523
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17	(57.619)	(90.000)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(57.619)	(90.000)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		90.533.100	36.483.195
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERAC.		(85.964.991)	(31.227.508)
Receitas de Prestação de Serviços		2.957	-
Despesas de Pessoal	18	(6.454.060)	(4.372.784)
Outras Despesas Administrativas	19	(1.379.803)	(1.278.167)
Despesas Tributárias		(50.468)	(35.677)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		26.794	684.461
Outras Receitas Operacionais	20	11.659.236	10.313.766
Outras Despesas Operacionais	21	(89.769.647)	(36.539.107)
RESULTADO OPERACIONAL		4.568.109	5.255.687
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	271.214	50.123
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		4.839.323	5.305.810
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(97.523)	(16.040)
Provisão para Imposto de Renda		(56.452)	(7.518)
Provisão para Contribuição Social		(41.071)	(8.522)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		4.741.800	5.289.770
Juros Sobre o Capital Proprio		-	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.741.800	5.289.770
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		-	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			
Reserva Legal			
Reserva Estatutária			
SOBRAS DO SEMESTRE		4.741.800	5.289.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Administrativo

Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.766.731	1.661.343	9.523.186	1.022.690	70.973.950
Integralizações/Subscrições de Capital	5.317.564	-	-	-	5.317.564
Destinação das Sobras para a Reserva Especial	-	-	1.022.690	(1.022.690)	-
Devolução de Capital	-	-	-	-	-
Sobras	-	-	-	5.289.770	5.289.770
Saldos em 30 de junho de 2018	64.084.295	1.661.343	10.545.876	5.289.770	81.581.284
Saldos em 31 de dezembro de 2018	82.927.161	1.960.308	14.689.265	896.897	100.473.631
Integralizações/Subscrições de Capital	12.149.021	-	-	-	12.149.021
Destinação das Sobras para a Reserva Especial	-	-	896.897	(896.897)	-
Sobras	-	-	-	4.741.800	4.741.800
Saldos em 30 de junho de 2019	95.076.182	1.960.308	15.586.162	4.741.800	117.364.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Administrativo

Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	30/06/2019	30/06/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	83.196.517	787.460.608
Sobras ajustadas	5.191.872	4.957.252
Sobras do Semestre	4.741.800	5.289.770
Depreciações	368.209	185.719
Amortizações	51.038	76.224
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	57.619	90.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.794)	(684.461)
(Aumento) redução nos Ativos	13.825.484	(4.983.997)
Títulos e Valores Mobiliários	(15.409.133)	(1.559.619)
Operações de Crédito	15.300.057	(3.000.000)
Outros Créditos	14.108.568	(278.064)
Outros Valores e Bens	(174.008)	(146.314)
Aumento (redução) nos Passivos	64.179.161	787.487.353
Outras Obrigações	(7.895.941)	1.777.161
Relações Interfinanceiras	72.075.102	785.710.192
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.236.326)	(15.825.250)
Aumento dos Investimentos	(1.207.812)	(1.646.025)
Aquisições do Imobilizado	(1.022.156)	(14.152.616)
Intangível	(6.358)	(26.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	12.149.021	5.317.564
Integralizações de Capital	12.149.021	5.317.564
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez)	93.109.212	776.952.922
Caixa e equivalentes de caixa no início Semestre	2.735.457.585	1.039.852.498
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Semestre (Nota 4)	2.828.566.797	1.816.805.420
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	93.109.212	776.952.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Administrativo

Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 de JUNHO DE 2019 E 2018

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, fundada em **27 de agosto de 2000**. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **14/08/2019**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais,

dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

Em **30 de junho de 2019** e de **2018**, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Caixa	-	4.908
Depósitos Bancários	577.731	4.714.528
Depósitos Interfinanceiros (DI)	2.693.680.308	1.753.819.896
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa	134.308.758	58.266.088
TOTAL	2.828.566.797	1.816.805.420

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as aplicações estavam assim representadas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Depósitos Interfinanceiros	2.693.680.308	1.753.819.896
TOTAL	2.693.680.308	1.753.819.896

Refere-se as aplicações realizadas no Bancoob com taxas de 98% e 101% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2019** e **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Letras Financeiras Do Tesouro	15.272.908	-
LFT Centralização Recursos Municípios	15.272.908	-
Cotas De Fundo De Curto Prazo	4.010.322	4.534.622
Banco do Brasil – Curto Prazo	4.010.322	4.534.622
Cotas De Fundo De Renda Fixa	174.905.743	96.386.687
Bancoob Centralização FI - Renda Fixa	134.308.758	58.266.088
Banco do Brasil – Renda Fixa	40.596.985	38.120.599
TOTAL	194.188.973	100.921.309

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	540.413	13.800.378	14.340.791	3.000.000
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.091)	(367.835)	(369.926)	(90.000)
TOTAL	538.322	13.432.543	13.970.865	2.910.000

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA	-	Normal	355.643	355.643	-	-	-
A	0,5%	Normal	1.985.148	1.985.148	(9.926)	-	-
C	3%	Normal	12.000.000	12.000.000	(360.000)	3.000.000	(90.000)
Total Normal			14.340.791	14.340.791	(369.926)	3.000.000	(90.000)
Total Geral			14.340.791	14.340.791	(369.926)	3.000.000	(90.000)
Provisões			(369.926)	(369.926)	-	(90.000)	-
Total Líquido			13.970.865	13.970.865	-	2.910.000	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB. **c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:**

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	147.021	393.392	13.800.378	14.340.791
TOTAL	147.021	393.392	13.800.378	14.340.791

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo	30/06/2019	% da Carteira
Setor Privado -Indústria	1.433.113	1.433.113	10%
Setor Privado -Serviços	12.355.643	12.355.643	86%
Outros	552.035	552.035	4%
TOTAL	14.340.791	14.340.791	100%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019	30/06/2018
Circulante	2.893.511	1.154.918
Adiantamentos e Antecipações Salariais	214.070	173.453
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	565.338	284.373
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	5.045	-
Imposto de Renda a Recuperar	262	-
Pagamentos a Ressarcir (I)	2.004.037	556.721
Títulos e Créditos a Receber	-	60.000
Devedores Diversos - País	104.759	80.371
Não Circulante	927.366	714.197
Depósitos em Garantia (II)	927.366	714.197
TOTAL	3.820.877	1.869.115

(I).Saldo composto substancialmente por despesas a ressarcir por Cooperativas filiadas ao **SICOOB UNI** no montante de R\$ 1.951.880,86.

(II) Refere-se a bloqueio judicial de dois processos movidos contra a UNIMED Brasília nos quais alega-se que a Central Sicoob Uni faz parte do mesmo grupo econômico

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas Antecipadas	310.085	209.142
TOTAL	310.085	209.142

As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, licenças de software temporária, vale alimentação e vale transporte.

10. Investimentos

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Bancoob (I)	16.049.253	15.898.917
Cotas de Participação na CNAC (II)	302.810	200.000
Sicoob confederação (III)	5.108.609	5.108.609
Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda (IV)	1.203.685	1.176.890
Marcas e Patentes	4.676	4.676
TOTAL	22.669.033	22.389.092

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 16.049.252,96 distribuídas em 4.794.551 ações ordinárias nominais e em 3.176.780 ações preferenciais nominais.

(II) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) Filiação a Confederação Nacional do Sicoob com aquisição de quotas de capital do Sicoob, sendo o montante de R\$ 5.108.609.

(IV) O investimento na empresa Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A participação da central corresponde a 99% do capital da corretora, cujo patrimônio líquido em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.215.843.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Imobilizado em Curso (a)		1.187.912	-
Terrenos		5.530.368	5.530.368
Edificações	4%	10.144.162	10.129.149
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(741.000)	(335.436)
Instalações	10%	119.278	110.286
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(73.244)	(62.887)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	653.666	608.172
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(250.009)	(200.538)
Sistema de Comunicação	20%	181.489	169.427
Sistema de Processamento de Dados	10%	975.183	770.154
Sistema de Segurança	10%	40.825	28.989
Sistema de Transporte	20%	148.190	148.190
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(869.151)	(641.655)
TOTAL		17.047.669	16.254.219

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Outros Ativos Intangíveis	1.331.688	911.156
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(705.521)	(604.043)
TOTAL	626.167	307.113

13. Relações Interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da Central Sicoob UNI com liquidez imediata, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	2.811.579.700	1.811.583.296
TOTAL	2.811.579.700	1.811.583.296

14. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Sociais e Estatutárias (a)	815.474	758.975
Fiscais e Previdenciárias (b)	551.169	286.032
Diversas (c)	16.580.913	9.189.735
TOTAL	17.947.556	10.234.742

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de Atos com Associados	555.114	758.975
Resultado de Atos com Não Associados	260.360	-
TOTAL	815.474	758.975

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	48.964	-
Impostos e contribuições a recolher	502.205	286.032
TOTAL	551.169	286.032

c) Diversas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	936.064	466.234
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	1.642.897	1.186.262
Provisão para Passivos Contingentes (III)	195.134	110.870
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (IV)	7.132	-
Credores Diversos – País (V)	13.799.686	7.426.369
TOTAL	16.580.913	9.189.735

(I) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	195.134	195.134	110.870	-
Outros	-	732.232	-	714.197
TOTAL	195.134	927.366	110.870	714.197

Segundo a assessoria jurídica da CENTRAL SICOOB UNI, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

(IV) Provisão para garantias financeiras prestadas

(V) Refere-se, principalmente, à provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em junho/2019, no valor de R\$ 13.377.399, a ser efetivamente pago em julho/2019.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	95.076.182	64.084.295
Associados	20	19

b) Reserva de Sobras – Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo Assemblear de Reserva Especial

O Fundo Assemblear de Reserva Especial será constituído pela destinação anual e diretamente das sobras à disposição das filiadas, calculados a razão de 55% das sobras, em momento idêntico a dedução do Fundo de Reserva Legal.

d) Sobras do Semestre

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **27/04/2019**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de **R\$ 896.897** serão destinadas integralmente para o Fundo Assemblear de Reserva Especial.

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Empréstimos	834.900	43.827
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	84.479.955	33.162.845
Rendas de Títulos de Renda Fixa	307.575	154.871
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	4.968.289	3.211.652
TOTAL	90.590.719	36.573.195

17. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Provisões para Operações de Crédito	(362.760)	(90.000)
Reversão de Provisões Operações de Crédito	305.141	-
TOTAL	(57.619)	(90.000)

18. Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de honorários	(884.743)	(644.201)
Despesas de pessoal - Benefícios	(897.224)	(566.679)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.282.476)	(956.374)
Despesas de pessoal - proventos	(3.339.427)	(2.197.843)
Despesa de pessoal - treinamento	(32.347)	(7.153)
Despesas de remuneração de estagiários	(17.843)	(534)
TOTAL	(6.454.060)	(4.372.784)

19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de água, energia e gás	(58.037)	(45.755)
Despesas de aluguéis	(9.700)	(92.129)
Despesas de comunicações	(57.040)	(63.013)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(83.992)	(65.792)
Despesas de material	(27.948)	(27.218)
Despesas de processamento de dados	(234.505)	(175.108)
Despesas de promoções e relações públicas	(54.000)	(66.705)
Despesas de propaganda e publicidade	(20.393)	(36.115)
Despesas de publicações	(8.412)	(6.220)
Despesas de seguros	(11.766)	(5.684)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(4.323)	(5.880)
Despesas de serviços de terceiros	(20.019)	(24.063)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(26.310)	(24.701)
Despesas de serviços técnicos especializados	(150.227)	(219.060)
Despesas de transporte	(20.427)	(17.097)
Despesas de viagem ao exterior	(17.828)	-
Despesa de viagem no país	(61.353)	(50.345)
Outras despesas administrativas	(87.144)	(91.339)
Despesas de amortização	(51.038)	(76.224)
Despesas de depreciação	(368.209)	(185.719)
Garantias Financeiras Prestadas	(7.132)	-
TOTAL	(1.379.803)	(1.278.167)

20. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	71.554	44.146
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.667.335	1.908.260
Dividendos	1.938.962	1.553.571
Deduções e Abatimentos	169	-
Rateio de Despesas da Central Entre Filiadas	7.878.406	5.996.820
Rendas de Repasses Delcredere	-	7.384
Outras Rendas Operacionais	102.810	803.585
TOTAL	11.659.236	10.313.766

21. Outras Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(89.755.821)	(36.532.170)
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	(653)	-
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(800)	(5.998)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(4.133)	-
Desc Conc - Capital de Giro	(6.714)	-
Multa e Juros Diversos	(1.526)	(939)
TOTAL	(89.769.647)	(36.539.107)

22. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Ganhos de Aluguéis	271.214	-
Ganho de capital	-	5
Outras Rendas não Operacionais	-	50.118
Resultado Líquido	271.214	50.123

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	30/06/2019	30/06/2018
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	14.340.791	3.000.000
Rateio/Alocação Filiadas	1.951.881	441.170
Centralização Financeira	(2.811.579.700)	(1.811.583.296)
Remuneração da Centralização Financeira	(13.377.399)	(7.096.163)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	95.076.182	(64.084.295)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018
Operações de Crédito	834.901	43.827
Rateio/Alocação Filiadas	7.878.406	5.996.820
Centralização Financeira	(89.755.821)	(36.532.170)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Honorários	884.743	644.201
Encargos	263.791	213.035
TOTAL	1.148.534	857.236

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo

de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência	112.362.861	73.502.671
Capital Principal - CP	30.834.851	20.830.657
Nível I	41.113.134	27.774.209
Índice de Basileia %	16,35%	15,76%
Razão de Alavancagem (RA) %	3,59%	3,86%
Índice de imobilização %	16,52%	23,99%
Ativos Ponderados pelos Riscos	54.817.512	39.925.426

Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Administrativo

Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO